



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

CATIANE GOMES AMORIM

**A ABORDAGEM DO TEMA GÊNERO NO ENSINO
FUNDAMENTAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Salvador
2025

CATIANE GOMES AMORIM

**A ABORDAGEM DO TEMA GÊNERO NO ENSINO
FUNDAMENTAL: POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Pedagogia,
Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como
requisito para obtenção de grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Edilza Correia Sotero.

Salvador
2025

CATIANE GOMES AMORIM

**A ABORDAGEM DO TEMA GÊNERO NO ENSINO FUNDAMENTAL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do grau de licenciada em Pedagogia, pela Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia.

Salvador, 14 de fevereiro de 2025.

Banca examinadora

Edilza Correia Sotero – Orientadora
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP)
Faculdade de Educação / Universidade Federal da Bahia

Izaura Santiago da Cruz
Doutora em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela Universidade
Federal da Bahia / UEFS
Faculdade de Educação / Universidade Federal da Bahia

Jeane Freitas de Oliveira
Doutora em saúde pública pelo Instituto de Saúde Coletiva / Universidade
Federal da Bahia (ISC/UFBA)
Escola de Enfermagem / Universidade Federal da Bahia

Dedico esse trabalho:

À minha mãe Terezinha, exemplo de força, amor e dedicação inabalável. Seus exemplos me ensinaram que a educação é um legado poderoso, capaz de transformar vidas.

Ao meu filho Caio, minha inspiração diária, quem me mostrou que nasci para ser educadora. Que este trabalho seja um pequeno reflexo do mundo que desejo para você: um lugar onde o respeito, a equidade e a liberdade sejam inegociáveis. Que você caminhe sabendo que toda busca pelo conhecimento vale a pena e que sonhar grande é sempre o primeiro passo.

À minha enteada Beatriz, que me influenciou no tema deste estudo, com suas discussões, ampliando meu olhar e fortalecendo minha convicção sobre a importância dessa pesquisa.

Ao meu marido Ernesto, meu porto seguro. Seu apoio, incentivo e amor tornaram este percurso mais leve. Obrigada por acreditar em mim mesmo nos momentos em que duvidei. Sua parceria me fortalece e me lembra todos os dias que nenhuma conquista tem sentido sem aqueles que amamos ao nosso lado.

A todos vocês, minha eterna gratidão.

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, cujo compromisso, paciência e dedicação foram fundamentais para a construção deste trabalho. Sua orientação não apenas ampliou meu olhar acadêmico, mas também fortaleceu minha convicção sobre a importância da pesquisa e da educação como ferramenta de transformação social. Sou imensamente grata por cada conselho, sugestão e incentivo ao longo desse percurso.

Aos meus colegas e minhas colegas de jornada acadêmica, especialmente: Rosilene Guimarães, Julia Lin, Bárbara Vitória e Soraia Ribeiro que compartilharam comigo dúvidas, descobertas e desafios. Cada conversa, troca de experiências e apoio mútuo tornaram essa caminhada mais enriquecedora e significativa. A parceria e o aprendizado construídos ao longo desse período ficarão para sempre em minha memória.

À minha nora Malu Pinheiro, por toda colaboração na organização do trabalho.

A todos(as) que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se tornasse realidade, minha sincera gratidão.

“Educar nossos alunos e alunas para que eles se sintam estimulados a ultrapassar os preconceitos e as falsas verdades do senso comum é uma tarefa da maior importância para educadores. Uma educação que se proponha, antes de tudo, formar e aguçar o senso crítico das crianças e dos jovens, não pode deixar de trabalhar a reconstrução de valores, comportamentos e a superação das desigualdades em todos os sentidos, colaborando no desenvolvimento de homens e mulheres parceiros solidários em todos os campos da vida. Identificar as formas de discriminação é o primeiro passo para se agir sobre elas e de exercer a cidadania de fato”.

Marta Suplicy, 2002, p.1.

AMORIM, Catiane Gomes. **A abordagem do tema gênero no ensino fundamental: possibilidades e desafios**. 55f. Trabalho de Conclusão de Curso. Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa investiga a abordagem do tema gênero no Ensino Fundamental, focalizando os desafios e as possibilidades que emergem da interação entre políticas públicas, documentos oficiais e práticas pedagógicas. Inicialmente, a contextualização das pesquisas sobre gênero apresenta um panorama teórico que se apóia nas contribuições de autores como Simone de Beauvoir, Judith Butler, Joan Scott, Michel Foucault, Paulo Freire, Guacira Lopes Louro, entre outros. Esses estudos elucidam que gênero é uma construção social complexa, moldada por relações de poder e dinâmicas históricas, e ressaltam a importância de uma abordagem crítica para desconstruir estereótipos e promover a equidade. A análise do tema gênero nos documentos oficiais revela que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) oferecem um respaldo normativo para a inclusão da temática, ainda que de forma muitas vezes superficial. Essa análise revela ainda a tensão entre a intenção de promover a diversidade e a prática de omitir ou tratar de forma insuficiente questões de gênero nos currículos e materiais didáticos. Os embates políticos em torno da supressão de gênero são discutidos a partir da pressão de grupos conservadores, que visam preservar valores tradicionais e restringir debates que possam desafiar as normas estabelecidas. Tal resistência evidencia a fragilidade das instituições em consolidar uma educação verdadeiramente inclusiva e ressalta a necessidade de políticas públicas que promovam mudanças efetivas. O impacto da abordagem do tema gênero nos documentos oficiais e nos livros didáticos é examinado à luz de como essas referências moldam a percepção dos alunos sobre identidade e diversidade. A análise crítica aponta que a ausência de discussões profundas contribui para a perpetuação de estereótipos, reforçando desigualdades históricas e limitando a formação de cidadãos críticos. Por fim, os caminhos para a abordagem docente são apresentados, enfatizando estratégias práticas para que os educadores integrem o tema de gênero de forma contextualizada e dinâmica em sala de aula. A proposta inclui a utilização de metodologias ativas, a promoção de debates e a formação continuada dos professores, a fim de transformar o ambiente escolar em um espaço de convivência plural e de construção de uma visão crítica da sociedade.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Ensino Fundamental, Políticas Educacionais, Prática Docente.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. PERCURSO METODOLÓGICO.....	11
3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PESQUISAS SOBRE GÊNERO.....	14
4. O TEMA GÊNERO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	21
4.1 A ABORDAGEM DE GÊNERO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - (LDB) de 1996.....	21
4.2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN), 1997-1998.....	23
4.3 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC).....	28
4.4 OS EMBATES POLÍTICOS EM TORNO DA SUPRESSÃO DE GÊNERO....	30
4.5 REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA ABORDAGEM DO TEMA GÊNERO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E NOS LIVROS DIDÁTICOS.....	36
5. GÊNERO NO ENSINO FUNDAMENTAL, CAMINHOS PARA ABORDAGEM DOCENTE	42
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	51

1. INTRODUÇÃO

A escola ocupa um papel ambíguo na sociedade: ao mesmo tempo em que pode perpetuar preconceitos e discriminação ligados à diversidade social, também carrega a potência de quebrar essas barreiras. Transformar conceitos e paradigmas profundamente enraizados na estrutura social não é algo que acontece de forma imediata. Contudo, é preciso reconhecer que essa mudança deve começar na base, especialmente nos primeiros anos de socialização das crianças.

Como espaço de construção de conhecimento e valores, a educação tem a responsabilidade de formar indivíduos mais conscientes e críticos. Dentro desse contexto, a discussão sobre gênero no ambiente escolar se torna essencial para promover igualdade e respeito às diferenças desde os primeiros anos de escolaridade. No Ensino Fundamental, abordar questões de gênero não é apenas necessário, mas também urgente, especialmente diante das rápidas transformações sociais e culturais que desafiam práticas pedagógicas tradicionais.

Tratar o tema de gênero no Ensino Fundamental é mais do que uma simples escolha pedagógica; é um compromisso com a construção de um espaço que acolha as pluralidades, que ajude a desconstruir preconceitos e que contribua para a formação de cidadãos mais críticos, empáticos e respeitosos. Infelizmente, essa discussão muitas vezes enfrenta resistência ou é silenciada, o que cria obstáculos para a implementação de práticas que estejam em sintonia com os princípios de cidadania e justiça social.

Diante disso, é indispensável explorar como o tema gênero pode ser trabalhado de maneira integrada no Ensino Fundamental, considerando os marcos legais e normativos, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mais do que atender às exigências documentais, essa abordagem busca transformar o processo educativo, criando oportunidades para que a escola seja, de fato, um espaço de inclusão e mudança social significativa.

O Brasil tem vivenciado nos últimos anos intensos debates e controvérsias em torno das questões de gênero e sexualidade. Esses conflitos se inserem em um contexto de crescente fortalecimento de discursos conservadores, que frequentemente recorrem à defesa da moralidade e ao argumento de proteção de crianças e adolescentes como justificativa para restringir discussões sobre o tema (Leite, 2019).

A abordagem de gênero no ambiente escolar, especialmente no Ensino Fundamental, exige uma análise criteriosa das possibilidades e dos desafios envolvidos. Isso ocorre porque enfrentar um sistema que frequentemente perpetua conceitos heteronormativos não é tarefa simples. Ainda que o espaço escolar tenha o potencial de ser transformador, ele muitas vezes reflete e reforça estruturas sociais excludentes que precisam ser desconstruídas com paciência e empenho.

Este trabalho se propõe a investigar como os(as) profissionais da educação podem abordar questões de gênero no Ensino Fundamental, explorando as possibilidades e os desafios inerentes a essa prática. Partindo de uma análise das políticas educacionais brasileiras, como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2017) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (1996), busca-se compreender qual o estatuto legal e a relevância da inserção desse tema no currículo escolar, além de investigar sobre práticas pedagógicas para abordagem docente.

Minha escolha por este tema foi motivada por experiências pessoais e acadêmicas que marcaram minha trajetória e reforçaram meu desejo de investigar o papel da escola na construção de uma sociedade mais igualitária. Durante minha formação, tive a oportunidade de cursar o componente curricular EDCK67-Educação, Gênero e Sexualidade, ministrada pela Profa. Dra. Edilza Correia Sotero, que despertou em mim uma inquietação sobre como as desigualdades de gênero se manifestam na sociedade, na educação, na sala de aula e nos materiais didáticos. Esse interesse foi ampliado quando participei de um curso de extensão na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), ministrado por Alexandre Bortolini, intitulado "Pode falar sobre gênero na escola?", no qual as discussões aprofundaram minha compreensão sobre o potencial transformador do tema na educação. Por fim, o meu estágio em uma escola municipal de Salvador revelou uma realidade preocupante: a ausência de debates sobre gênero, mesmo diante de situações práticas que evidenciavam a necessidade de abordá-lo. Essas vivências me levaram a refletir profundamente sobre o papel do(a) professor(a) como agente de mudança e como as práticas pedagógicas podem ser potencializadas para romper com silêncios e preconceitos.

Este estudo pretende não apenas contribuir para a formação de educadores mais preparados, mas também fomentar a criação de um ambiente escolar mais inclusivo e respeitoso. Como destaca Bortolini, "discutir gênero nas escolas não é

apenas uma questão de justiça social, mas uma necessidade pedagógica que visa a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática” (Bortolini, 2022, p. 52). A omissão do tema de gênero na educação básica, e mais especificamente no Ensino Fundamental, não apenas priva estudantes de reflexões essenciais para sua formação cidadã, mas também perpetua desigualdades e preconceitos que ainda marcam a sociedade.

Para embasar este estudo, é necessário compreender o conceito de gênero em sua complexidade e relevância. De acordo com Guacira Lopes Louro (2003), gênero não deve ser entendido como uma característica biológica ou estática, mas como uma construção social que organiza as relações humanas e estrutura as dinâmicas de poder. Essa definição converge com as ideias de Scott (1989), que considera o gênero um elemento central das relações sociais, sendo utilizado como base para justificar desigualdades e normatizar comportamentos. Compreender o gênero sob esta perspectiva permite avançar para uma abordagem crítica e reflexiva, essencial no contexto educacional.

Judith Butler (2018), ao tratar do conceito de performatividade, traz uma visão ainda mais dinâmica e desafiadora: o gênero não é algo que se tem ou se é, mas algo que se faz continuamente por meio de atos e discursos. No ambiente escolar, isso significa que o cotidiano pedagógico pode tanto reforçar estereótipos quanto questioná-los, dependendo das escolhas didáticas e das práticas dos(as) educadores(as). Assim, trazer o tema para o centro das discussões escolares é uma oportunidade de abrir caminhos para transformar a escola em um espaço onde as diferenças são valorizadas e as normas excludentes são questionadas.

Essa pesquisa busca, portanto, trazer à tona a importância de discutir gênero no Ensino Fundamental, considerando sua relevância tanto no âmbito acadêmico quanto social. No aspecto acadêmico, o trabalho visa contribuir para o aprofundamento teórico sobre a inclusão de gênero na educação, fornecendo subsídios para que educadores(as) e futuros pesquisadores(as) compreendam a necessidade de incorporar esse tema em suas práticas. Socialmente, a pesquisa almeja fomentar a criação de um ambiente escolar mais respeitoso e acolhedor, que reconheça as diferenças e promova a equidade, essencial para a formação de cidadãos críticos e empáticos.

A questão norteadora desta investigação é: de que forma os profissionais de educação do Ensino Fundamental podem abordar o tema gênero em sala de aula?

Para responder a essa problemática, o objetivo geral do estudo é compreender como os profissionais da educação podem incluir essa temática em suas práticas pedagógicas. Os objetivos específicos incluem: pesquisar o tema gênero nas políticas educacionais e nos documentos oficiais; identificar estratégias pedagógicas adequadas para tratar do tema; e apresentar a problemática da omissão de gênero no Ensino Fundamental.

Metodologicamente, esta pesquisa se caracteriza como uma investigação básica, com abordagem qualitativa. O procedimento teórico adotado foi a pesquisa bibliográfica e documental, fundamentada em livros, artigos acadêmicos e documentos oficiais, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A escrita desse trabalho está organizada em seções, sendo assim, além desta introdução, no capítulo 2 foi descrito o percurso metodológico; no capítulo 3 encontra-se a contextualização da pesquisa trazendo os autores principais que embasam o estudo; no capítulo 4 explora-se como o tema gênero é abordado nos documentos oficiais que norteiam a Educação brasileira como: Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), logo após faz-se um debate sobre a supressão do tema gênero nos documentos oficiais nos currículos em sala de aula, e ainda neste capítulo, faz-se as reflexões sobre o impacto da abordagem de gênero, nos documentos oficiais, no currículo e nos livros didáticos; o capítulo 5 busca explorar estratégias, para que os(as) profissionais de educação do Ensino Fundamental possam fazer abordagens de gênero de forma sensível, eficaz e, mesmo que de forma crítica, alinhadas com os documentos oficiais. Por fim, as considerações finais trazem uma breve reflexão sobre todo o trabalho.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia adotada neste trabalho foi cuidadosamente delineada para responder aos objetivos de pesquisa propostos, assegurando uma análise sobre a abordagem das questões de gênero no contexto educacional. A pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza básica, uma vez que busca aprofundar o conhecimento teórico sobre a inclusão de gênero na educação, contribuindo para ampliar e fortalecer as discussões acadêmicas na área. Dessa forma, não se pretende intervir diretamente na prática escolar, mas sim fornecer subsídios para futuras investigações e reflexões pedagógicas que possam resultar em mudanças concretas no ambiente educacional. Segundo Antônio Carlos Gil (2002), a pesquisa básica procura gerar conhecimentos novos para o avanço da ciência, sem aplicação prática prevista de imediato.

O objeto de estudo deste trabalho tem característica exploratória, uma vez que busca ampliar o conhecimento sobre a abordagem de gênero no Ensino Fundamental, identificando desafios e possibilidades de implementação. de acordo com Gil (2002), a pesquisa exploratória tem como principal objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais explícito e facilitando sua investigação.

Para alcançar essa finalidade, optou-se por uma abordagem qualitativa, que se mostra a mais adequada para investigar fenômenos complexos e subjetivos, como as construções sociais de gênero e suas implicações nas práticas educativas. Conforme Gil (2002), a pesquisa qualitativa se caracteriza pela análise profunda dos fenômenos sociais, priorizando a interpretação dos dados e a subjetividade dos participantes, em vez da quantificação dos resultados. Ao focar nas percepções, nos discursos e nas representações sobre o tema, a pesquisa qualitativa possibilita uma compreensão mais ampla e contextualizada da realidade escolar, permitindo a identificação de desafios, resistências e potenciais avanços no tratamento da questão de gênero no currículo e na formação docente.

Segundo Maria Cecília Minayo (2006), a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.

A investigação se sustenta em um procedimento teórico fundamentado na pesquisa bibliográfica e documental, que compreende a revisão e análise crítica da

literatura acadêmica existente sobre o tema, bem como dos documentos oficiais que orientam as políticas educacionais no Brasil. Entre esses documentos, destacam-se, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), ao Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que fornecem diretrizes normativas sobre o ensino e a formação cidadã no contexto escolar.

Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente por livros e artigos científicos, bem como a pesquisa documental, e a diferença entre ambas está na natureza das fontes.

A presente pesquisa adota a revisão de literatura integrativa como método científico, pois essa abordagem possibilita uma análise abrangente das produções acadêmicas sobre a inclusão de gênero na educação. Como destaca Minayo (2006), essa metodologia permite a síntese de evidências provenientes de diferentes estudos, favorecendo a identificação de padrões, inconsistências e lacunas na literatura existente. Dessa forma, a revisão integrativa não apenas organiza o conhecimento já produzido sobre o tema, mas também contribui para uma reflexão crítica, apontando caminhos para novas investigações e para o aprimoramento das práticas pedagógicas voltadas à equidade de gênero no ambiente escolar.

Os dados foram coletados a partir de livros, artigos científicos e documentos normativos, que oferecem bases teóricas essenciais para compreender como a abordagem de gênero tem sido estruturada e debatida na educação. A seleção criteriosa dessas fontes garantiu a construção de um referencial teórico fundamentado em obras clássicas e contemporâneas que discutem a inclusão de gênero no Ensino Fundamental.

Para a análise dos dados bibliográficos, foi adotada a abordagem sistemática proposta por Lakatos e Marconi (2003). Segundo os autores, a análise deve ser conduzida de forma rigorosa, permitindo a classificação, interpretação e síntese das informações com base em um referencial teórico bem estruturado. Essa metodologia orientou a identificação de padrões e lacunas na literatura, contribuindo para a construção de um referencial sólido que fundamenta as conclusões da pesquisa.

Como será demonstrado nos capítulos a seguir, os textos e documentos analisados apontam para um cenário contraditório. Embora os marcos normativos garantam respaldo legal para a inclusão do tema gênero no ambiente escolar, a

prática revela resistência significativa por parte de diferentes atores educacionais. O silêncio institucionalizado e a superficialidade com que o tema é tratado nos materiais didáticos evidenciam que, apesar das diretrizes formais, a efetiva implementação das discussões sobre gênero ainda enfrenta barreiras políticas, sociais e ideológicas.

3. CONTEXTUALIZAÇÃO DAS PESQUISAS SOBRE GÊNERO

Simone de Beauvoir, em sua obra seminal *O Segundo Sexo*, não apenas proporciona uma base filosófica robusta para a compreensão das desigualdades de gênero, mas também inaugura uma nova forma de pensar a condição feminina e a construção das identidades de gênero. Publicado em 1949, a obra é considerada um marco do feminismo e um texto fundacional para os estudos de gênero. Nela, a autora analisa como as construções sociais e culturais moldam as identidades de gênero, abordando a maneira pela qual a sociedade patriarcal perpetua a opressão das mulheres ao defini-las como o "outro", em oposição ao "sujeito" masculino, que é visto como a norma.

Beauvoir introduz a famosa tese de que "não se nasce mulher, torna-se mulher", destacando que o gênero é uma construção social, e não uma determinação biológica. Esse conceito é crucial para a educação, pois desafia a naturalização das diferenças de gênero e abre espaço para a desconstrução dos estereótipos que perpetuam as desigualdades. Sua obra oferece um referencial teórico fundamental para a discussão de gênero na educação ao mostrar que as desigualdades não são inevitáveis, mas sim o resultado de processos históricos, culturais e sociais que podem e devem ser questionados e transformados.

A análise da autora sobre como a sociedade constrói as identidades de gênero a partir de normas e expectativas rígidas é particularmente relevante para o ambiente escolar. As escolas são espaços onde essas normas são frequentemente reforçadas, seja por meio do currículo, das interações cotidianas ou das expectativas impostas a meninos e meninas.

Michel Foucault (2014) argumenta que as escolas, como outras instituições sociais, são locais onde o poder é exercido de maneira sutil e pervasiva, através de mecanismos como a vigilância, a organização do espaço e do tempo, e o controle sobre os corpos e as identidades dos indivíduos. Esses mecanismos disciplinadores servem para internalizar as normas sociais, fazendo com que os alunos e alunas as aceitem como naturais e inevitáveis. No contexto das normas de gênero, isso significa que as escolas podem desempenhar um papel fundamental na reprodução dos papéis tradicionais de gênero, reforçando estereótipos e limitando a expressão das identidades de gênero que não se enquadram nas expectativas convencionais.

Ao aplicar a análise de Foucault ao ambiente escolar, torna-se possível examinar como as práticas pedagógicas e as políticas educacionais podem tanto reproduzir quanto desafiar essas normas de gênero. Por exemplo, a divisão entre meninos e meninas em atividades esportivas, o uso de livros didáticos que perpetuam estereótipos de gênero, ou a diferença de expectativas em relação ao comportamento e desempenho acadêmico, são todas formas de disciplina que contribuem para a internalização das normas de gênero. O autor oferece as ferramentas teóricas necessárias para questionar essas práticas, revelando como elas perpetuam relações de poder desiguais e como podem ser transformadas para promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

As reflexões de Michel Foucault são essenciais para uma análise crítica das práticas educativas atuais, pois permitem compreender como determinadas dinâmicas pedagógicas perpetuam desigualdades. Sua obra oferece uma base teórica sólida para o desenvolvimento de estratégias que desafiem essas estruturas, fomentando uma educação que valorize a inclusão e respeite as múltiplas formas de expressão de gênero.

Paulo Freire (1987), um dos mais influentes educadores e teóricos da pedagogia crítica, oferece uma abordagem que transcende a simples transmissão de conhecimento, propondo uma educação que seja verdadeiramente emancipatória e transformadora. Sua pedagogia está profundamente enraizada na ideia de que a educação deve ser um processo de libertação, onde os alunos e alunas não são meros receptores passivos, mas agentes ativos na construção de seu próprio conhecimento e na transformação de sua realidade.

O autor enfatiza a importância do diálogo na educação, entendendo-o como um ato de amor e respeito mútuo, que permite a troca de saberes entre educadores(as), e educandos(as). Este diálogo é central para a construção de uma consciência crítica, que permite ao aluno(a) questionar e desafiar as estruturas opressoras de poder, incluindo aquelas relacionadas às questões de gênero. A prática educativa proposta por Freire é, portanto, uma prática de liberdade, onde os alunos(as) são incentivados(as) a refletir sobre sua realidade, identificando as contradições sociais que afetam suas vidas e buscando formas de superá-las.

A metodologia freiriana de problematização é particularmente relevante para a abordagem das questões de gênero na educação. Ao invés de simplesmente transmitir conceitos sobre gênero, a problematização envolve os alunos e alunas em

um processo de investigação crítica, onde eles são convidados a identificar e questionar as normas de gênero que governam suas vidas cotidianas. Este processo permite que os(as) estudantes reconheçam como essas normas são construídas e perpetuadas, e como elas podem ser desafiadas e transformadas. A problematização, nesse sentido, não apenas sensibiliza os alunos e alunas para as questões de gênero, mas também os empodera a agir contra as desigualdades e injustiças que observam.

Além disso, o conceito de conscientização, ou "conscientização" como Freire o denomina, é central para o desenvolvimento de uma educação que promova a equidade de gênero. A conscientização é o processo pelo qual os(as) estudantes se tornam cientes das estruturas opressivas que moldam suas vidas, incluindo as desigualdades de gênero, e começam a desenvolver uma visão crítica dessas estruturas. Ao se tornarem conscientes, os(as) alunos(as) são capacitados a agir de maneira informada e crítica, transformando não apenas suas próprias vidas, mas também a sociedade em que vivem.

O autor também sublinha a importância de uma educação que esteja em diálogo constante com a realidade dos(as) alunos(as). Isso significa que as questões de gênero devem ser abordadas de forma contextualizada, levando em conta as experiências vividas pelos(as) estudantes e as realidades específicas de suas comunidades. Para Freire, a educação deve ser um processo de construção coletiva de conhecimento, onde as experiências dos(as) alunos(as) são valorizadas e se tornam a base para a reflexão e a ação transformadora. Esse enfoque é essencial para a construção de práticas pedagógicas que sejam verdadeiramente inclusivas e que reconheçam a diversidade das experiências de gênero.

A abordagem freiriana oferece ferramentas poderosas para que os educadores possam criar um ambiente de aprendizado onde as questões de gênero sejam abordadas de forma reflexiva e transformadora, promovendo a igualdade e a emancipação dos(as) discentes. Freire nos lembra que a educação é um ato político, e que cabe aos educadores(as) escolherem se esse ato será de opressão ou de libertação, além disso, o autor fornece uma visão de educação que é ao mesmo tempo crítica e esperançosa, uma educação que acredita na capacidade dos indivíduos de transformar suas realidades e construir um mundo mais justo e equitativo.

Guaciara Lopes Louro (1997), oferece uma perspectiva essencial sobre a inclusão de gênero na educação, destacando como a compreensão das questões de gênero pode transformar práticas pedagógicas e promover uma escola mais inclusiva. Para Louro, a educação não é apenas um espaço de transmissão de conhecimentos, mas também de construção de subjetividades e identidades. Ela argumenta que os currículos escolares tradicionais tendem a refletir e reproduzir normas de gênero que invisibilizam ou marginalizam experiências e identidades que fogem à normatividade. Dessa forma, Louro enfatiza a necessidade urgente de revisar e repensar currículos para que eles não apenas reconheçam, mas também celebrem a diversidade de identidades e experiências de gênero.

Vanessa Leite (2019), aborda as controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade no Brasil, com foco nos discursos de atores religiosos conservadores e sua influência nas políticas sexuais, especialmente em relação à infância e adolescência.

Judith Butler (2003), através de seus conceitos de performatividade e de construção social do gênero, argumenta que o gênero não é algo que se é, mas algo que se faz, continuamente performado e reforçado por normas sociais e culturais. Essa visão é crucial para a educação, pois permite uma análise crítica de como as práticas pedagógicas podem tanto reforçar quanto subverter essas normas de gênero. Aliado a esse pensamento pode-se questionar e reformular as abordagens tradicionais que naturalizam e perpetuam estereótipos de gênero, criando assim espaços educacionais mais inclusivos e que valorizam a diversidade. Isso é especialmente relevante em um contexto escolar onde a formação de identidades está em constante desenvolvimento e onde a educação pode desempenhar um papel transformador na promoção de uma sociedade mais equitativa.

Alexandre Bortolini (2023), proporciona uma análise crítica e detalhada da introdução da temática de gênero no ambiente escolar brasileiro, um campo frequentemente marcado por controvérsias e desafios. O autor mergulha no contexto político, social e educacional que envolve o debate sobre gênero e sexualidade nas escolas, abordando as tensões e resistências que surgem a partir de setores conservadores e políticas públicas que tentam limitar ou barrar essa discussão.

Sua obra explora como o debate sobre gênero é permeado por uma série de controvérsias e dificuldades no cenário brasileiro, onde questões de gênero e sexualidade frequentemente enfrentam resistência. Ele argumenta que essas

resistências não apenas refletem tensões ideológicas e culturais, mas também estão vinculadas a uma estrutura educacional que, muitas vezes, não está preparada para lidar com a diversidade de identidades e experiências de gênero. O autor também faz uma análise aprofundada das bases legais que sustentam a possibilidade de discutir gênero nas escolas. Ele examina a Constituição Federal (1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – 1996 (Lei nº 9.394), e outros documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – 2017, argumentando que o debate de gênero é não só permitido, mas essencial dentro dos princípios da educação brasileira. Bortolini também defende que a educação sobre gênero deve ser compreendida como uma questão de direito e uma parte fundamental da formação educacional, alinhada com os princípios de igualdade e respeito previstos na legislação.

O autor sustenta que a educação sobre gênero é uma ferramenta crucial para promover o respeito às diferenças, combater preconceitos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa. A discussão sobre gênero, segundo o autor, não deve ser vista como uma adição marginal ao currículo escolar, mas como um elemento central na formação de uma visão crítica e inclusiva do mundo.

No entanto, Bortolini também reconhece os desafios enfrentados pelos educadores ao tentar integrar o tema de gênero nas práticas pedagógicas. Ele destaca a resistência de pais, gestores(as) e colegas, que muitas vezes se manifesta em formas de oposição ou de desinteresse pela implementação de práticas inclusivas. Para superar esses obstáculos, o autor propõe estratégias pedagógicas que visam integrar a discussão de gênero de forma eficaz e respeitosa. Entre essas estratégias, ele sugere a formação continuada dos educadores e educadoras.

A análise de autor é, portanto, um recurso valioso para compreender os múltiplos aspectos envolvidos na inclusão de gênero na educação escolar. Sua obra fornece não apenas uma base teórica sólida, mas também sugestões práticas para enfrentar os desafios e promover uma abordagem pedagógica que respeite e valorize a diversidade de identidades de gênero.

Tomaz Tadeu da Silva (2009), explora como o currículo escolar, longe de ser um instrumento neutro de transmissão de conhecimento, é um espaço onde se constroem e consolidam identidades, incluindo as de gênero. Ele argumenta que o

currículo, por sua natureza, é um campo de disputa e produção de significados, capaz tanto de reforçar normas sociais preexistentes quanto de questioná-las e subvertê-las.

O autor revela que o currículo funciona como uma ferramenta de inclusão ou exclusão, dependendo de como as identidades e as diferenças são tratadas no ambiente escolar. Quando o currículo adere estritamente às normas e expectativas de gênero tradicionais, ele tende a reforçar estereótipos e a marginalizar aqueles(as) que não se conformam a essas normas. A forma como se representam papéis de gênero em textos literários, a organização da participação de meninos e meninas em atividades escolares, e a abordagem da história das mulheres e das minorias de gênero nos conteúdos ensinados são exemplos de como o currículo pode perpetuar desigualdades.

Tomaz Tadeu da Silva (2009) enfatiza que o currículo é um espaço de construção de identidades, onde as experiências e vivências dos alunos devem ser reconhecidas e valorizadas. Ele critica a concepção de um currículo homogêneo e universal, que ignora as diversidades culturais, étnicas, de gênero e de classe, propondo, em vez disso, um currículo pluralista e inclusivo, que reconheça e valorize as diferenças. Para Silva, é essencial que o currículo não apenas reflita, mas também celebre a diversidade das identidades de gênero, proporcionando um ambiente onde todos os(as) alunos(as) possam se ver representados e respeitados.

Michael Apple (2023), em sua obra *Ideologia e Currículo*, oferece uma análise crítica sobre como o currículo escolar é influenciado por ideologias dominantes e, conseqüentemente, como ele pode perpetuar desigualdades sociais. Apple argumenta que o currículo não é uma entidade neutra ou objetiva; ao contrário, ele é moldado por interesses e valores que refletem e reforçam as relações de poder existentes na sociedade.

No contexto da educação de gênero, a perspectiva de Apple revela como o currículo pode ser um veículo para a reprodução de normas e estereótipos de gênero. A maneira como questões de gênero são abordadas — ou frequentemente ignoradas — no currículo escolar pode reforçar desigualdades e limitar a compreensão dos(as) estudantes sobre diversidade e igualdade de gênero. Apple destaca que o currículo tende a refletir as ideologias dominantes, muitas vezes marginalizando perspectivas e experiências que desafiam essas normas estabelecidas.

A teoria de Apple sugere que o currículo deve ser criticamente analisado e reestruturado para desafiar essas ideologias e promover uma visão mais inclusiva e equitativa. Para isso, é necessário um currículo crítico que não apenas revele as desigualdades existentes, mas que também ofereça ferramentas e conhecimentos para questioná-las e superá-las. Em relação à educação de gênero, isso implica em incluir de forma sistemática e significativa discussões sobre identidade de gênero, papéis de gênero e a construção social do gênero no currículo escolar.

Portanto, um currículo crítico deve incorporar práticas pedagógicas que promovam a igualdade de gênero e incentivem a reflexão crítica sobre as normas de gênero. Isso inclui a revisão e atualização dos conteúdos curriculares para garantir que eles representem adequadamente a diversidade de identidades e experiências de gênero, e a formação de educadores(as) para que possam abordar questões de gênero de maneira informada e sensível.

4. O TEMA GÊNERO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS QUE NORTEIAM A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Neste capítulo, explora-se como o tema gênero é abordado nos principais documentos oficiais que orientam a educação no Brasil, com destaque para a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) – 1996 (Lei nº 9.394), a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) – (2017), além dos Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em (1997-1998). Estes documentos desempenham um papel crucial na construção de um sistema educacional que busca garantir a igualdade de direitos e a valorização das diferenças, funcionando como um guia para as práticas pedagógicas em todo o país. A consolidação do gênero nas políticas públicas de educação é uma tarefa que cabe ao Estado, que depende tanto da disponibilização de recursos quanto da incorporação das demandas de gênero nas agendas educacionais dos governos. A análise desses textos permitirá compreender de que maneira as políticas educacionais brasileiras têm reconhecido e integrado a questão de gênero, além de refletir sobre os avanços alcançados e os desafios ainda presentes na efetivação de uma educação inclusiva, que promova o respeito e a equidade para todos(as) os(as) estudantes, independentemente de seu gênero.

4.1 A ABORDAGEM DE GÊNERO NA LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL - (LDB) de 1996

As análises feitas nos documentos oficiais que norteiam a educação brasileira reforçam a superficialidade com que tratam o tema gênero. A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) de 1996, apesar de estabelecer diretrizes para a inclusão e equidade, menciona de forma superficial a necessidade de respeito às diferenças e a diversidade. O documento não detalha estratégias e abordagens específicas para promover a igualdade de gênero nas escolas, bem como não explora questões fundamentais, como a desconstrução de estereótipos de gênero ou a inclusão de debates sobre diversidade sexual e identidade de gênero nos currículos escolares. Portanto, isso limita a eficácia do documento em abordar desigualdades estruturais no ambiente educacional.

O artigo 3º da LDB menciona a consideração com a diversidade étnico-racial e o respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária.

“Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

[...] XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva”. (BRASIL, 1996)

Ainda na LDB, no artigo 26, há menção à inclusão de conteúdos relativos aos direitos humanos e a prevenção de todas as formas de violência de gênero.

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

O § 9º do mesmo artigo determina que:

[...] Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino. (BRASIL, 1996).

Portanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) trata o tema da diversidade de forma genérica e rasa, mencionando-o principalmente no Art. 3º, que inclui como princípios o respeito à liberdade e o apreço à tolerância. No entanto, não há menção explícita às questões de gênero e orientação sexual, o que evidencia uma abordagem superficial e limitada sobre esses aspectos específicos de diversidade.

A crítica de Vianna e Unbehaum (2003) à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) aponta uma lacuna significativa na abordagem das questões de gênero, especialmente no que se refere ao uso da linguagem. Eles observam que a LDB faz uso de uma linguagem predominantemente masculina, o que, por um lado, reforça a invisibilidade das mulheres e, por outro, perpetua um modelo linguístico androcêntrico, em que o masculino é visto como padrão universal. A falta de uma abordagem explícita sobre igualdade de gênero nas premissas da LDB é um ponto crucial, pois ela não detalha como os princípios de igualdade e tolerância devem ser aplicados dentro do sistema educacional.

Essa omissão resulta não apenas na perpetuação de desigualdades de gênero, mas também na invisibilidade das discriminações, que são silenciadas pela falta de uma perspectiva crítica e inclusiva no processo educativo. Vianna e Unbehaum (2003) sugerem que, ao não integrar a questão de gênero de forma explícita, a LDB contribui para a continuidade de um modelo educacional que não consegue lidar de maneira eficaz com as desigualdades de gênero presentes na sociedade. Como consequência, a discriminação e a marginalização de certos grupos tornam-se aspectos naturalizados no cotidiano escolar, em vez de serem enfrentados e superados.

Uma vez que questões de gênero têm impactos diretos no combate a preconceitos e discriminações e também na promoção de ambientes mais justos e igualitário, essa omissão torna-se crítica no contexto educacional, pois, apesar de mencionar a diversidade cultural e histórica, o documento evita uma discussão mais aprofundada sobre gênero, o que nos permite refletir sobre como em diferentes momentos da história do país, resistências sociais e políticas afetam as políticas educacionais.

4.2 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (PCN), 1997-1998

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados pelo Ministério da Educação em 1997, trouxeram avanços no tratamento de questões relacionadas à sexualidade e diversidade nas escolas brasileiras. Este documento orientador teve como base contribuições de especialistas nacionais e internacionais, com a intenção de garantir uma educação que promovesse a cidadania e o respeito às diferenças. De acordo com Santos, Pereira e Soares (2018), os PCN visam proporcionar uma formação integral, incorporando discussões que vão além dos conteúdos tradicionais.

Para estar em consonância com as demandas atuais da sociedade é necessário que a escola trate de questões que interferem na vida dos alunos e com as quais se veem confrontados no seu dia a dia. As temáticas sociais vêm sendo discutidas e frequentemente são incorporadas aos currículos das áreas, especialmente nos de História, Geografia e Ciências Naturais, ou chegam mesmo, em alguns casos, a constituir novas áreas. Mais recentemente, algumas propostas sugerem o tratamento transversal de temáticas sociais na escola, como forma de contemplá-las na sua complexidade, sem restringi-las à abordagem de uma única área. (BRASIL, 1998, P. 65)

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) representaram um marco na tentativa de aproximar o currículo escolar das demandas sociais contemporâneas. De acordo com Vianna e Unbehaum (2006), a inclusão de temas transversais, como ética, pluralidade cultural, meio ambiente e sexualidade, refletiu a preocupação com questões urgentes e de amplo impacto na formação dos estudantes. Esses temas, introduzidos com o intuito de enriquecer as práticas pedagógicas, também buscavam promover uma visão mais ampla e participativa da cidadania. O tópico de Orientação Sexual, por exemplo, trouxe à tona discussões sobre relações de gênero e diversidade de comportamento, tentando romper com padrões autoritários e incentivar o respeito às diferenças entre homens e mulheres.

No entanto, apesar do potencial transformador, as autoras destacam que os PCN enfrentam limitações importantes. A abordagem das questões de gênero permanece restrita à Orientação Sexual, sem uma integração efetiva com as demais áreas do currículo. Esse enfoque isolado, muitas vezes, reduz a discussão ao campo da prevenção de doenças ou da gravidez na adolescência, deixando de lado debates mais profundos sobre desigualdades estruturais, identidades e dinâmicas de poder. Essa falta de transversalidade limita a compreensão crítica e ampla que a temática exige.

Outro desafio apontado ainda por Vianna e Unbehaum (2006) é a dificuldade de colocar em prática as diretrizes dos PCN nas escolas. Fatores como a falta de preparo dos(as) professores(as) e a carência de adaptações que considerem as especificidades regionais comprometem a efetividade do que é proposto. Assim, a invisibilidade das questões de gênero no cotidiano escolar acaba sendo perpetuada, mesmo em meio aos avanços representados por documentos como os PCN. Superar essas barreiras exige que as políticas públicas avancem na formação de educadores(as) e na construção de materiais que integrem a perspectiva de gênero de forma ampla, colaborando para um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo e democrático.

O conjunto de documentos dos Temas Transversais comporta uma primeira parte em que se discute a sua necessidade para que a escola possa cumprir sua função social, os valores mais gerais e unificadores que definem todo o posicionamento relativo às questões que são tratadas nos temas, a justificativa e a conceitualização do tratamento transversal para os temas sociais e um documento específico para cada tema: Ética, Saúde,

Meio Ambiente, Pluralidade Cultural e Orientação Sexual, eleitos por envolverem problemáticas sociais atuais e urgentes, consideradas de abrangência nacional e até mesmo de caráter universal (BRASIL, 1998, p. 65)

A proposta do caderno de orientação sexual é que os(as) alunos(as) adquiram competências para lidar com questões sensíveis, como práticas de sexo seguro, uso de métodos contraceptivos e enfrentamento de preconceitos, o que, em teoria, promove um ambiente de aprendizado inclusivo e respeitoso.

Um ponto positivo dos PCN é a tentativa de abordagem transversal, que articula relações de gênero com questões biológicas e sociais, promovendo uma perspectiva mais ampla sobre a sexualidade. Contudo, existe a abordagem das relações de gênero, mas o enfoque é a orientação sexual, a aplicação e a prática enfrentam desafios, já que, apesar da base teórica, o texto dedica poucas linhas à diversidade sexual e à identidade de gênero. A superficialidade está em tratar esses temas de forma genérica, sem aprofundar as estratégias pedagógicas necessárias para lidar com questões emergentes, como o aumento das demandas por reconhecimento das diversidades no ambiente escolar.

Embora os PCN reconheçam a importância de se discutir temas urgentes, depois de mais de 25 anos em vigor, a sua implementação ainda carece de clareza e detalhamento sobre como abordar essas questões no cotidiano escolar. Os(as) professores(as) são incentivados/as a se preparar para discussões sobre sexualidade, mas muitas vezes faltam-lhes os recursos, formação inicial e/ou continuada e o suporte institucional adequados (BRASIL, 1998).

Por outro lado, os PCN foram pioneiros em legitimar esses temas no cenário educacional brasileiro. A inclusão de temas como DST/AIDS, gravidez na adolescência e diversidade de gênero abre caminhos para uma educação mais inclusiva e cidadã. No entanto, o desafio permanece em transformar essas diretrizes em práticas efetivas e substanciais que realmente impactem a formação dos(as) estudantes.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais marcaram um passo importante na busca por uma educação mais inclusiva, trazendo à tona questões fundamentais para o convívio em uma sociedade plural. No entanto, apesar desse avanço, os PCN ainda apresentam lacunas que precisam ser preenchidas para que seu potencial transformador se concretize plenamente. É necessário um esforço constante de

revisão e aprofundamento, garantindo que a escola se torne, de fato, um espaço que acolha e valorize as diferenças, promovendo o respeito mútuo e o reconhecimento das múltiplas identidades que compõem o ambiente educacional.

A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas, questão ampla e polêmica, marcada pela história, pela cultura e pela evolução social". (BRASIL, 1998, p. 67)

No campo das diretrizes educacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) representaram um avanço significativo ao integrar novas perspectivas na abordagem da sexualidade na Educação Básica. Desenvolvidos com a colaboração de especialistas de todo o país e baseados em análises de currículos internacionais (como os da Inglaterra, França e Estados Unidos), os PCN foram lançados em 1997 como um guia de referência. O objetivo era garantir uma base curricular comum, assegurando que estudantes de diferentes regiões tivessem acesso a conhecimentos fundamentais para a cidadania (VIANNA e UNBEHAUM; BRASIL, 2006, 1998).

Organizados por áreas do conhecimento, os PCN incluem temas transversais, como o Caderno de Orientação Sexual. Este documento destaca a importância de uma educação sexual que promova o prazer e a responsabilidade, abrangendo tópicos como o respeito à diversidade, a desconstrução de tabus e a prevenção de relacionamentos abusivos. Além disso, busca sensibilizar para questões como HIV/AIDS e gravidez na adolescência, sempre valorizando o diálogo e o respeito mútuo (BRASIL, 1998).

Consta ainda no caderno de orientação sexual uma reflexão sobre o papel da escola no debate sobre temas associados à gênero e sexualidade:

A escola não substitui nem concorre com a família, mas possibilita a discussão de diferentes pontos de vista associados à sexualidade, sem a imposição de valores. Em nenhuma situação cabe à escola julgar a educação que cada família oferece a seus filhos. Como um processo de intervenção pedagógica, tem por objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos". (BRASIL, 1998, p. 67)

O papel essencial da escola como um espaço de reflexão e debate, deve permitir a discussão de múltiplos pontos de vista sobre a sexualidade, a escola deve se posicionar como um ambiente que acolha a diversidade, promove o pensamento crítico e respeita as individualidades dos alunos. Dessa forma o ambiente escolar se fortalece como um lugar de aprendizagem e cidadania, onde a diversidade de experiências e visões é valorizada, contribuindo para a formação integral dos indivíduos.

Os conteúdos de Ciências Naturais incluem eixos temáticos, como “Ser Humano e Saúde”, que abrange temas de sexualidade humana e relações de gênero, orientados por discussões éticas e científicas. Essa abordagem visa não só informar, mas também combater preconceitos, promovendo um ambiente de acolhimento e reflexão crítica (BRASIL, 1997).

Ao explorar temas como contracepção, diversidade sexual e doenças sexualmente transmissíveis, os PCN reforçam a importância de práticas preventivas e de um olhar humanizado. Mesmo frente a desafios culturais, os documentos incentivam a criação de espaços seguros, onde os jovens possam desenvolver sua sexualidade de maneira saudável e informada. Embora a abordagem de diversidade sexual nos PCN seja inicial e limitada, já se vislumbrava um compromisso com a construção de um ambiente educacional inclusivo e democrático (BRASIL; SANTOS PEREIRA e SOARES, 1998, 2018).

Os avanços mencionados são cruciais para reduzir a vulnerabilidade juvenil e consolidar a escola como um ambiente de diálogo e transformação social genuína. Contudo, percebe-se que a abordagem apresentada ainda é ampla demais e carece de profundidade ao delinear os caminhos necessários para implementar essas mudanças de forma efetiva. Além disso, a ausência de obrigatoriedade para a inclusão dos temas abordados, substituída apenas por uma recomendação, pode enfraquecer significativamente a eficácia dessas propostas no cotidiano escolar, comprometendo a sua aplicação prática.

O artigo de Vianna e Unbehaum (2006), examina como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB/1996) impactaram o reconhecimento dos direitos relacionados à educação infantil e à promoção da igualdade de gênero. O estudo também aborda o Plano Nacional de Educação (PNE/2001) e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN/1997), demonstrando

como essas legislações contribuem para a análise das desigualdades de gênero na educação.

A análise baseia-se na perspectiva das relações de gênero, considerando como as políticas educacionais moldam e são moldadas por questões de gênero. Elas mostram que a abordagem de gênero nos documentos normativos é crucial para a promoção de padrões democráticos e para combater preconceitos estruturais, incluindo os de gênero, no contexto educacional brasileiro.

Os avanços mencionados são importantes para reduzir a vulnerabilidade juvenil e consolidar a escola como um ambiente de diálogo e transformação social genuína. Contudo, percebe-se que a abordagem apresentada ainda é ampla demais e carece de profundidade ao delinear os caminhos necessários para implementar essas mudanças de forma efetiva. Além disso, a ausência de obrigatoriedade para a inclusão dos temas abordados, substituída apenas por uma recomendação, pode enfraquecer significativamente a eficácia dessas propostas no cotidiano escolar, comprometendo a sua aplicação prática.

4.3 A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

A Base Nacional Comum Curricular (2017), estabelecida pela Resolução CNE/CP nº 2/2017, também traz diretrizes que favorecem a inclusão de questões de gênero no currículo escolar. A BNCC orienta que a educação deve promover a valorização da diversidade e o respeito às diferenças, afirmando que “a educação deve contemplar a construção de identidades plurais”. Essa diretriz é fundamental para legitimar a inclusão da abordagem de gênero no Ensino Fundamental. No entanto, uma análise crítica revela lacunas significativas, particularmente no que diz respeito à inclusão de questões de gênero.

Segundo Aguiar (2019), o caráter democrático da construção da BNCC é passível de questionamentos uma vez que sua 3ª versão apresentada à equipe dirigente do MEC não foi discutida com a sociedade e tem como opositores os sindicatos dos educadores da Educação Básica e as principais organizações científicas educacionais. Santos, Pereira e Soares (2018), apresentam a BNCC como documento que reconhece a Educação Básica como primordial para uma formação de educandos(as) de maneira integral e plena, que tenha um olhar para a diversidade e singularidades, em expressões do próprio documento: “a escola como

um espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (BRASIL, 2017, p. 14). Sendo assim, para que o ambiente escolar se torne verdadeiramente inclusivo e justo, é essencial que ele promova uma reflexão crítica sobre as desigualdades existentes entre os(as) estudantes, considerando fatores como condições socioeconômicas, gênero e raça. Nesse sentido, a escola deve assumir o compromisso de valorizar a igualdade, respeitar a diversidade e garantir a equidade nas relações e práticas diárias, contribuindo para a formação de um espaço mais democrático e acolhedor.

A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia. Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma. Negros não rezam. Com sua negritude, os negros sujaram a branquitude das orações... A mim me dá pena e não raiva, quando vejo a arrogância com que a branquitude de sociedades em que se faz isso, em que se queimam igrejas de negros, se apresenta ao mundo como pedagoga da democracia. Pensar e fazer errado, pelo visto, não têm mesmo nada que ver com o bom-senso que regula nossos exageros e evita as nossas caminhadas até o ridículo e a insensatez. (FREIRE, 2020, p. 37).

De acordo com Silva, Juliana et al. (2020), a palavra gênero só foi encontrada no texto final da BNCC quando se refere a gênero textual/literário/musical. E de acordo com os(as) mesmos(as) autores(as), a abordagem da sexualidade centra-se na dimensão biológica, pois o documento a conecta com a área de ciências, enfatizando o estudo e conhecimento da reprodução e da importância dos cuidados com o corpo e prevenção de doenças, ou seja, “reduziram à ótica biológica os assuntos ligados à Sexualidade”.

A influência de perspectivas conservadoras resultou em um documento que apenas sugere a discussão de gênero nas escolas, sem torná-la obrigatória. Isso cria um contraste evidente com as demandas de um ambiente educacional comprometido em enfrentar desigualdades estruturais relacionadas à classe social, raça e gênero, como defendido por Paulo Freire. A ausência dessas temáticas na

prática pedagógica favorece a manutenção de preconceitos e perpetua estruturas excludentes, distantes do ideal de uma escola verdadeiramente democrática e inclusiva.

Embora a BNCC represente avanços teóricos no campo da inclusão, sua implementação prática revela fragilidades no enfrentamento efetivo das desigualdades de gênero no contexto escolar. Para que a educação acompanhe as demandas contemporâneas de formação cidadã, é fundamental que o documento seja revisto, integrando de forma transversal e aprofundada essas discussões, reafirmando seu papel na construção de uma educação verdadeiramente emancipadora.

4.4 OS EMBATES POLÍTICOS EM TORNO DA SUPRESSÃO DE GÊNERO

O debate sobre a inclusão de questões de gênero no ambiente escolar no Brasil é, inegavelmente, um reflexo das intensas disputas políticas que atravessam a sociedade. Marques, Mezacasa e Marani (2021) apontam que os conflitos políticos envolvendo a exclusão do tema gênero das políticas educacionais são resultado direto da pressão exercida por grupos conservadores, especialmente ligados a setores religiosos. Esses grupos defenderam a retirada de expressões como "diversidade sexual", "orientação sexual" e "gênero" dos Planos Municipais de Educação e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sustentando que a escola não deveria abordar tais questões, pois isso caberia exclusivamente às famílias. O impacto dessa movimentação foi um significativo retrocesso nas políticas educacionais, restringindo o tratamento da sexualidade e do gênero a uma ótica meramente biológica e silenciando debates fundamentais sobre equidade e diversidade, aspectos essenciais para uma formação cidadã ampla e crítica.

No caso do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014/2024, Vieira, Ramalho e Vieira (2017) destacam como as pressões políticas resultaram no apagamento de termos relacionados a gênero durante sua elaboração. Esse processo ilustra não apenas uma negação explícita do direito à educação inclusiva, mas também um retrocesso na garantia de direitos que reforça desigualdades estruturais. Essa omissão, longe de ser meramente técnica, representa a falta de compromisso em combater a exclusão e promover um ensino que contemple as múltiplas identidades e vivências dos estudantes.

A falta de reconhecimento explícito das questões de gênero nas políticas educacionais pode perpetuar desigualdades e invisibilizar a necessidade de mudanças. Vianna e Unbehaum destacam que:

A ausência da distinção de gênero na linguagem que fundamenta as políticas educacionais pode justificar formas de conduta que não privilegiam mudanças das relações de gênero no debate educacional, perpetuando sua invisibilidade." (Vianna e Unbehaum, 2004, p. 90).

O não detalhamento das definições e derivações desses princípios em sua interação com as relações de gênero pode acarretar mais discriminação.

A maneira como as políticas educacionais são formuladas, frequentemente sem distinguir ou explicitar questões de gênero, contribui para a manutenção de desigualdades e a invisibilidade desse tema nas práticas escolares. Essa omissão no discurso normativo abre margem para condutas pedagógicas que negligenciam a necessidade de transformar relações desiguais de gênero, deixando intactas estruturas excludentes que permeiam o ambiente educacional. Além disso, a ausência de um detalhamento claro sobre como os princípios educacionais se articulam com as relações de gênero pode gerar interpretações equivocadas e reforçar discriminações, mesmo em contextos onde a intenção é promover inclusão.

Além disso, Cardoso et al. (2019) argumentam que, embora as políticas educacionais brasileiras proclamem o respeito à diversidade, a prática frequentemente contradiz esse discurso. A priorização de abordagens biologicistas nos documentos educacionais limita o escopo das discussões sobre gênero, para temáticas como o corpo humano e as Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), perpetuando desigualdades e invisibilizando demandas cruciais, especialmente de mulheres e pessoas LGBTQIA+. Essa postura contraditória não apenas enfraquece a formação cidadã, mas também priva o ambiente escolar de ser um espaço transformador e emancipador.

Bortolini (2023), traz uma análise sobre a importância de se abordar as questões de gênero nas escolas e sobre como a supressão dessas discussões reflete uma tentativa de apagar as realidades das minorias e silenciar questões fundamentais de inclusão e justiça social. O autor defende que a abordagem de gênero não é apenas uma questão de sensibilização ou "modismo", mas um direito que está respaldado por fundamentos legais e científicos. Ele aponta que a Constituição Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e

outros documentos legais asseguram a educação para a diversidade e igualdade, o que implica na necessidade de tratar de questões de gênero nas escolas. A supressão dessa abordagem, como ocorre em diversas esferas políticas, é uma violação desses direitos e retrocesso em termos de inclusão.

Outro ponto que Bortolini destaca é o mito da neutralidade do currículo escolar. Ele argumenta que o currículo, longe de ser neutro, reflete as tensões políticas e ideológicas da sociedade. A resistência à inclusão de temas de gênero nas escolas é, muitas vezes, alimentada por uma visão conservadora que busca preservar valores tradicionais, muitas vezes à custa da marginalização de questões de gênero, sexualidade e identidade. Ao silenciar essas questões, o sistema educacional acaba reforçando normas de poder que desconsideram a diversidade.

Além disso, o autor defende que a educação de gênero nas escolas não deve ser vista como um tema "fora de lugar" ou "problemático", mas como um eixo central na formação de cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Ele acredita que ao negar a discussão sobre gênero, o sistema educacional não apenas impede a construção de uma sociedade mais justa, mas também compromete a formação de sujeitos que possam atuar como agentes de mudança em uma democracia plena.

No entanto, a resistência à implementação de um currículo que inclua o tema de gênero também está intimamente ligada à falta de preparo dos educadores. Bortolini sugere que é crucial investir em formação continuada para professores(as), para que possam lidar com as questões de gênero de forma crítica e inclusiva. Sem essa capacitação, a tendência é que os professores(as) repliquem os preconceitos e as visões discriminatórias que existem na sociedade.

Diante desses embates, torna-se evidente que a supressão de gênero nas políticas educacionais brasileiras não se limita a um debate técnico, mas envolve uma disputa ideológica que compromete o avanço de práticas educativas inclusivas. É imperativo que educadores(as), gestores(as) e formuladores(as) de políticas enfrentem essas questões com responsabilidade e compromisso ético, assegurando que a escola seja um espaço que valorize as diferenças e promova uma convivência verdadeiramente democrática.

O papel do Estado e das políticas públicas no debate sobre gênero, especialmente no contexto educacional, vai além da simples implementação de currículos. A atuação do Estado, seja por meio da criação de leis ou pela omissão

em determinadas áreas, tem um impacto direto na formação da sociedade e na maneira como questões relacionadas à diversidade são tratadas. A educação é um campo onde essas disputas políticas se tornam visíveis, especialmente no que diz respeito ao tratamento de temas como gênero e sexualidade.

Documentos como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) são reflexos dessas disputas políticas. A BNCC, por exemplo, é frequentemente vista como uma arena de embates entre grupos sociais que buscam influenciar a formação dos valores e ideias transmitidas nas escolas. Em um cenário onde forças conservadoras se opõem à inclusão de discussões sobre gênero e sexualidade, o Estado, ao não incorporar essas questões de maneira transversal no currículo, acaba por permitir que uma narrativa homogênea e excludente se perpetue nas escolas. A falta de políticas públicas que garantam o tratamento de gênero de forma equitativa nas escolas se configura como uma forma de omissão ativa, essas omissões não são apenas fruto da ausência de ação governamental, mas também de uma resistência ideológica que, ao silenciar ou minimizar o debate sobre igualdade de gênero, reforça uma visão de mundo que sustenta estruturas de poder desiguais. O Estado, ao permitir essa supressão, não só nega o direito de crianças e jovens a uma educação integral e inclusiva, como também impede a formação de cidadãos e cidadãs críticos(as), que possam questionar e combater as desigualdades presentes na sociedade. Como destaca Louro (1997), o currículo não é neutro, mas é uma construção que reflete os valores dos grupos dominantes, e, nesse sentido, sua neutralidade em relação a gênero reforça, muitas vezes, a hegemonia de uma visão conservadora.

Ao analisar o papel do Estado e das políticas públicas, torna-se evidente que a exclusão ou omissão de questões relacionadas ao gênero no ambiente escolar não ocorre de forma aleatória, mas reflete uma estratégia consciente voltada à manutenção de estruturas que perpetuam desigualdades de gênero, classe e raça como algo naturalizado. Nesse contexto, a educação, ao invés de ser um espaço de emancipação e transformação social, acaba por atuar como um instrumento que sustenta privilégios e silencia grupos historicamente marginalizados. Assim, resistir a essa exclusão representa um ato fundamental na busca por uma educação verdadeiramente comprometida com a promoção dos direitos humanos e da equidade social.

O currículo escolar, conforme destacado por Apple (2003), é mais do que um simples repositório de conteúdos acadêmicos; ele se configura como um campo de disputa política e ideológica. As decisões sobre o que deve ou não ser ensinado nas escolas não são neutras, mas refletem escolhas políticas que buscam moldar a visão de mundo das futuras gerações. Nesse contexto, as disputas sobre gênero no currículo vão além do debate sobre a pertinência de certos temas na educação; elas envolvem uma luta profunda sobre quais normas e valores devem prevalecer na sociedade.

A inclusão ou a exclusão de debates sobre gênero, sexualidade e identidade nas escolas não é uma questão de simples negligência ou falta de recursos, mas integram uma estratégia deliberada de grupos que buscam preservar determinadas normas sociais e culturais. Esses grupos, muitas vezes ligados a correntes conservadoras, veem a educação como uma ferramenta para impedir a transformação das estruturas de poder dominantes. Ao evitar ou silenciar discussões sobre gênero, a sociedade educacional se alinha a uma visão de mundo que marginaliza as diversidades, mantendo intactas as hierarquias sociais e culturais que perpetuam desigualdades.

Louro (1997) e Butler (2018) também abordam como o currículo escolar pode servir como um mecanismo de controle ideológico, reforçando as normas de gênero estabelecidas e desconsiderando a multiplicidade de identidades e experiências que existem fora dessas normas. A omissão de debates sobre gênero e sexualidade, portanto, não é apenas um reflexo de uma política educacional em desconformidade com a realidade social, mas um movimento estratégico para manter a ordem social e cultural tal como ela é. Esses debates sobre currículo não devem ser vistos apenas como discussões acadêmicas, mas como questões fundamentais para a construção de uma sociedade onde todas as identidades possam ser reconhecidas e respeitadas.

Entender o impacto das decisões políticas no ambiente escolar é essencial, pois elas não apenas influenciam a formação dos alunos, mas reverberam por toda a sociedade. O conteúdo transmitido nas escolas desempenha um papel crucial na construção das crenças e práticas sociais ao longo do tempo. É nesse terreno de disputas que se definem os caminhos para as relações de gênero e as possibilidades de transformação social. Em essência, decidir o que deve ou não

fazer parte do currículo é, na verdade, decidir o tipo de sociedade que desejamos construir.

Ao examinar o impacto das políticas públicas de educação em relação ao gênero, é possível perceber tanto avanços quanto desafios persistentes. Vieira, Ramalho e Vieira (2017) ressaltam que, embora o Plano Nacional de Educação (2014-2024) tenha reconhecido a importância das questões de gênero, a implementação de ações práticas ainda esbarra em obstáculos consideráveis. Um desses obstáculos é a resistência de grupos conservadores, que se opõem à inclusão dessas questões no currículo escolar, temendo que possam desafiar as normas tradicionais.

Ademais, Marques, Mezacasa e Marani (2021) ressaltam que muitos educadores não se sentem preparados para tratar questões de gênero e sexualidade em sala de aula. Essa insegurança não surge do acaso, mas da falta de formação específica durante sua trajetória acadêmica e do receio de enfrentar resistências dentro da escola e da comunidade. Sem diretrizes claras e apoio institucional, muitos professores(as) acabam evitando o tema, o que contribui para a manutenção de desigualdades e preconceitos no ambiente escolar. Diante disso, é fundamental investir em formações continuadas que ofereçam não apenas embasamento teórico, mas também estratégias práticas para que esses(as) profissionais possam trabalhar o tema com segurança e responsabilidade.

Por outro lado, Lívia Cardoso et al. (2019), oferecem uma perspectiva mais otimista ao defender que as políticas educacionais precisam não apenas reconhecer o direito à igualdade de gênero, mas também criar oportunidades para que novas práticas pedagógicas, mais inclusivas e criativas, sejam desenvolvidas. Para essas autoras, o currículo escolar deve ser uma ferramenta transformadora, capaz de desafiar as normas de gênero estabelecidas e contribuir para uma educação mais democrática e plural.

Essas reflexões mostram que, apesar dos avanços no reconhecimento da importância de abordar o gênero nas políticas educacionais, ainda há muitos desafios. A resistência de certos grupos, a falta de formação dos educadores e a implementação inconsistente das políticas nacionais tornam difícil criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e igualitário. É essencial superar essas barreiras para que a educação possa cumprir seu papel transformador.

Portanto, ao deixar de lado as questões de gênero na educação, cria-se um ciclo vicioso de opressão e ignorância, onde as futuras gerações se veem privadas das ferramentas necessárias para construir um mundo mais justo. A verdadeira educação cidadã, como defendem Butler e Freire, é aquela que abraça a diversidade e forma sujeitos críticos, capazes de transformar a sociedade por meio do reconhecimento dos direitos de todos, independentemente de seu gênero, classe ou etnia.

4.5 REFLEXÕES SOBRE O IMPACTO DA ABORDAGEM DO TEMA GÊNERO NOS DOCUMENTOS OFICIAIS E NOS LIVROS DIDÁTICOS

A palavra “gênero” passou a ocupar um lugar central em polêmicas nacionais, sendo alvo de proibições e restrições por figuras ligadas ao governo. Tais ações, muitas vezes autoritárias, dificultaram o avanço de iniciativas educacionais voltadas ao combate ao preconceito e à promoção da diversidade. O impacto disso foi um retrocesso significativo em décadas de esforços voltados para construir uma sociedade mais inclusiva.

O enfrentamento dessa realidade requer um esforço contínuo, já que a sociedade se encontra dividida entre aqueles que defendem a manutenção de valores heterocêntricos e aqueles que lutam pela disseminação de informações e pelo respeito às diferenças. Nesse cenário, as escolas e os educadores e educadoras têm um papel essencial: devem atuar como agentes de transformação, desafiando preconceitos e criando um ambiente acolhedor para a diversidade.

No entanto, para que isso seja possível, é fundamental que as instituições de ensino e os profissionais da educação estejam respaldados por legislações e diretrizes educacionais que legitimem e orientem a abordagem de gênero no contexto pedagógico. Esse suporte legal não apenas assegura a validade do tema no currículo, mas também fortalece a missão de promover uma educação pautada na equidade, no respeito e na formação cidadã.

É fundamental que os documentos curriculares oficiais e os livros didáticos evoluam em suas abordagens sobre gênero, garantindo que os educadores tenham ferramentas adequadas para trabalhar com questões de identidade e diversidade de

maneira verdadeiramente inclusiva. Para isso, é necessário que os materiais, como a BNCC, LDB, PCNS e os livros didáticos, não apenas reconheçam a diversidade, mas também a integrem de forma profunda, permitindo que os educadores(as) e alunos(as) vivenciem um espaço de ensino que acolha a pluralidade de experiências e vivências que compõem o tecido social.

O papel da educação básica, nesse contexto, é transformador, pois ela tem o poder de questionar e desconstruir normas sociais e culturais que frequentemente reforçam a exclusão, o preconceito e a discriminação. A construção de uma sociedade mais justa e igualitária começa na sala de aula, onde os indivíduos devem ser formados para exercer a cidadania com consciência crítica e respeito pelas diferenças. A promoção de uma educação sexual que transcenda as limitações biológicas e inclua uma compreensão mais ampla das identidades de gênero não é apenas desejável, mas urgente, especialmente diante dos desafios que os estudantes enfrentam em sua formação social. Esse movimento é essencial para o desenvolvimento de cidadãos e cidadãs que reconhecem, respeitam e valorizam a diversidade humana em suas múltiplas expressões, tornando-se agentes de mudança na sociedade.

A construção social da sexualidade se forma a partir de processos contínuos de socialização, que acontecem em diferentes contextos e são influenciados por discursos amplamente (re)produzidos, especialmente no ambiente escolar. Existe uma clara resistência a mudanças que desafiem as normas estabelecidas, geralmente justificadas por frases como "sempre foi assim, é assim que deve ser". Esse tipo de discurso contribui para consolidar uma visão sobre a sexualidade que classifica como "anormais" todas as expressões que se desviam de padrões heterossexuais e naturalizados, perpetuando estruturas normativas e excludentes (Foucault, 1984; Butler, 2018).

Butler (2018), oferece uma abordagem inovadora sobre gênero, ao analisar como as relações de poder produzem a ilusão de um "sexo" anterior ao discurso. Reconhecendo que gênero não é um conceito isolado, mas se entrelaça com outras identidades discursivamente construídas — como raça, classe, etnia, geração e sexualidade —, a autora evidencia que essas categorias não podem ser separadas de seus contextos políticos e culturais. Esse pensamento desafia a ideia de que gênero seja apenas um reflexo natural do sexo biológico.

Além disso, a autora questiona a distinção tradicional entre sexo e gênero, ressaltando que o próprio conceito de "sexo" é tão culturalmente construído quanto o de "gênero". Para ela, o sexo não é uma base fixa ou natural sobre a qual o gênero é construído, mas sim um efeito do discurso e das normas sociais. Esse ponto é destacado em sua afirmação de que "talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nula" (Butler, 2018, p. 22). Essa visão desconstrói a ideia de que o sexo seja uma verdade biológica neutra, mostrando como ambos — sexo e gênero — são moldados pelas dinâmicas discursivas e culturais.

Essa perspectiva abre espaço para uma compreensão mais ampla das identidades humanas, desafiando as hierarquias que sustentam desigualdades e naturalizações históricas. A reflexão de Butler nos convida a questionar as normas que regulam a sexualidade e o gênero, promovendo debates que valorizem a pluralidade e a complexidade das experiências humanas.

A construção da cidadania é um processo que requer o pleno reconhecimento das diversidades humanas e a promoção de uma educação que respeite as diferenças e forme indivíduos capazes de exercer sua liberdade de forma crítica. Judith Butler (2018) e Paulo Freire (1987) destacam que a educação é um espaço fundamental para o desenvolvimento de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres, sendo um pilar para a emancipação social. Butler, ao refletir sobre gênero e poder, argumenta que a construção de uma sociedade mais justa depende da capacidade de questionar as normas rígidas que limitam a identidade e a liberdade dos indivíduos. Nesse contexto, a supressão de discussões sobre gênero nas escolas representa um obstáculo significativo para o desenvolvimento de uma educação transformadora, pois impede que as futuras gerações compreendam a importância da diversidade e a necessidade de uma sociedade mais inclusiva.

Paulo Freire, por sua vez, propõe que a educação deve ser um instrumento de libertação, um processo contínuo de conscientização em que os indivíduos são estimulados a questionar as injustiças e as estruturas de poder que os oprimem. A ausência de debates sobre gênero na escola não apenas viola os princípios de inclusão e equidade, mas também priva os(as) estudantes da oportunidade de desenvolver uma visão crítica do mundo, essencial para a transformação social. Quando negamos a discussão sobre gênero, negligenciamos a educação para a

cidadania plena, que inclui o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres, o respeito pelas identidades e a superação de preconceitos.

Simone de Beauvoir (1949), trouxe à tona reflexões que permanecem atuais, além das explicações biológicas e a entender o gênero como algo que é construído e imposto por normas sociais, históricas e culturais. Esse olhar provoca não apenas um entendimento mais profundo sobre as desigualdades de gênero, mas também a percepção de que essas desigualdades não são naturais nem imutáveis.

No campo da educação, essa ideia tem um impacto transformador. As escolas, enquanto espaços de aprendizado e formação cidadã, muitas vezes acabam reforçando estereótipos ao tratar meninas e meninos de forma diferente, seja nas expectativas quanto ao comportamento, seja nas oportunidades apresentadas. Ignorar que o gênero é construído socialmente significa perpetuar um ciclo de exclusão e desigualdade, deixando de preparar os(as) alunos(as) para questionar as normas opressivas que encontram na sociedade.

A educação, à luz das reflexões de Beauvoir, pode e deve ser um espaço de libertação. Quando professores(as) incentivam debates sobre como as normas de gênero afetam o cotidiano, abrem-se caminhos para desconstruir preconceitos e promover relações mais justas. Isso não significa negar as diferenças, mas sim valorizar cada indivíduo em sua singularidade, sem aprisioná-lo em categorias pré-estabelecidas. Seguindo ainda os pensamentos da autora, ela nos lembra que mudanças são possíveis, e a escola tem um papel essencial nessa transformação. Uma educação crítica, que reconhece as construções sociais e combate os estereótipos, pode formar indivíduos mais conscientes, capazes de construir uma sociedade verdadeiramente inclusiva e transformar o mundo ao seu redor. Assim, seu legado vai além da filosofia e se traduz em um chamado urgente para a ação no presente.

De acordo com Damasceno e Silva (2023), as diretrizes curriculares da BNCC, especialmente no campo de experiências “O eu, o outro e o nós”, oferecem possibilidades para a discussão de temas relacionados a gênero. Contudo, a ausência de uma abordagem clara sobre questões LGBTQIA+ é frequentemente destacada como uma falha que limita o alcance de uma educação inclusiva (SOUZA JUNIOR, 2018).

Os livros didáticos, que são reflexos diretos das diretrizes curriculares, também desempenham um papel crucial na reprodução ou desconstrução de

estereótipos de gênero. Segundo Oliveira (2018), os textos visuais nesses materiais frequentemente reforçam normas de gênero tradicionais, apresentando papéis sociais atribuídos a homens e mulheres de forma fixa e hierárquica. Essa prática não apenas perpetua desigualdades, mas também limita as possibilidades de que crianças e jovens vejam alternativas de identidade e convivência. Embora haja esforços para desconstruir essas representações, como apontado por Santos et al. (2018), a resistência político-ideológica à inclusão de temas relacionados a gênero e sexualidade nos materiais didáticos ainda é um grande obstáculo.

Essa resistência é reflexo de embates mais amplos em torno do currículo escolar, que Apple (2003) descreve como um espaço de disputa ideológica e política. Rios e Vieira (2020) enfatizam que os discursos sobre gênero no ambiente escolar não se limitam a questões pedagógicas, mas envolvem uma luta pela definição da sociedade que queremos construir. A exclusão do debate sobre gênero nos currículos escolares, portanto, não pode ser vista apenas como uma falha educacional, mas como um movimento estratégico para manter normas sociais e culturais hegemônicas.

Ademais, Tomaz Tadeu da Silva (2009) sugere que o currículo deve ser continuamente revisitado e reavaliado para garantir que esteja alinhado com os princípios de justiça social e equidade. Ele defende a ideia de que a educação deve ser um processo dinâmico, onde o currículo não é fixo, mas adaptável às mudanças sociais e culturais, refletindo as novas realidades e demandas da sociedade. Isso implica a necessidade de formação continuada dos(as) educadores(as), que devem ser capacitados(as) para lidar com questões de gênero de maneira crítica e reflexiva.

A supressão do tema gênero nos documentos oficiais e livros didáticos não apenas compromete o princípio de uma educação democrática e equitativa, mas também impede a formação cidadã plena. De acordo com Marques, Mezacasa e Marani (2021), a ausência de debates sobre gênero e sexualidade na educação perpetua a marginalização de grupos vulneráveis, como as mulheres e a comunidade LGBTQIA+, além de dificultar o desenvolvimento de uma visão crítica por parte dos(as) estudantes. Os autores também apontam a necessidade de avanços na forma como esses conhecimentos são materializados na produção do conhecimento, ressaltando a importância de desconstruir noções. Por outro lado, Santos, Pereira e Soares (2018), ainda apontam que a inserção desses temas no

ensino de ciências, por exemplo, contribui para uma formação que vai além do conhecimento técnico, promovendo a empatia e a compreensão das múltiplas dimensões das relações humanas.

A análise dos livros didáticos revela uma contradição entre seu papel pedagógico potencial e as mensagens que transmitem de maneira implícita. Embora sejam ferramentas essenciais para promover valores de igualdade e diversidade, sua representação limitada e estereotipada de gênero, idade e papéis sociais perpetua visões reducionistas sobre os sujeitos. Essa construção simbólica, que privilegia homens em profissões diversas e associa mulheres a tarefas domésticas e comportamentos passivos, reforça desigualdades históricas ao invés de questioná-las. Da mesma forma, a ausência de diversidade racial e a exclusão de representações que desafiem normas heteronormativas evidenciam uma lacuna no compromisso com uma educação inclusiva e crítica. Assim, torna-se urgente repensar os materiais didáticos, assegurando que suas narrativas contemplem a multiplicidade de experiências humanas, promovendo uma visão mais equitativa e transformadora da sociedade.

Portanto, refletir sobre o impacto da abordagem do tema gênero nos documentos oficiais e nos livros didáticos é essencial para compreender os desafios e as possibilidades da educação como ferramenta de transformação social. Enquanto as resistências persistem, é necessário reafirmar a importância de uma educação comprometida com a justiça social, capaz de desconstruir estereótipos e ampliar horizontes para a convivência em uma sociedade plural e inclusiva.

5. GÊNERO NO ENSINO FUNDAMENTAL, CAMINHOS PARA ABORDAGEM DOCENTE

No Ensino Fundamental, a abordagem das questões de gênero assume um papel estratégico e transformador, pois é nesse ambiente que se inicia a construção das identidades e a internalização de normas sociais. A escola, enquanto espaço de socialização, influencia diretamente a formação de visões sobre masculinidade, feminilidade e outras expressões de identidade. Desde os primeiros anos, os educadores e educadoras têm a oportunidade – e a responsabilidade – de promover práticas pedagógicas que questionem estereótipos e estimulem o respeito à diversidade. Estudos de Guacira Lopes Louro (1997) ressaltam que o currículo não é neutro; ele funciona como um espaço de disputas ideológicas, onde as práticas de ensino podem tanto produzir quanto desafiar as normas de gênero estabelecidas.

Portanto, é nos anos iniciais do Ensino Fundamental, que a escola se torna um espaço decisivo para a formação de atitudes e valores que perduram ao longo da vida. É nesse período que as crianças começam a reconhecer e valorizar suas diferenças, desenvolvendo, de maneira natural, uma postura de respeito e empatia. Segundo Paulo Freire (1987), a educação deve ser vista como um instrumento de libertação, onde o diálogo e a conscientização são fundamentais para transformar a realidade e promover a justiça social.

Além disso, Guacira Lopes Louro (1997) ressalta que o ambiente escolar é um terreno fértil para a promoção de uma cultura de inclusão, na qual as diferenças são celebradas e os estereótipos são constantemente questionados. Ao introduzir essa perspectiva e discussões desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, onde a diversidade é reconhecida e valorizada, os professores(as) têm a oportunidade de criar bases sólidas para uma convivência mais justa e plural. Assim, esse período de escolarização se configura como uma fase crucial para que as crianças aprendam a ver as diferenças como fontes de enriquecimento e se preparem para contribuir ativamente na construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva e igualitária.

Reafirma-se aqui, que a educação tem o poder de transformar realidades, desafiando desigualdades e construindo um espaço onde as diferenças não são apenas respeitadas, mas celebradas. Ao abordar o tema do gênero no Ensino Fundamental, emerge uma questão central: como educadores e educadoras podem,

de maneira ética, acessível e pedagógica, integrar essa temática em suas práticas? O desafio não reside apenas na coragem de romper com paradigmas enraizados, mas também na habilidade de criar estratégias eficazes que respeitem as diversidades e promovam um ambiente educativo inclusivo.

O tema gênero, muitas vezes silenciado por controvérsias políticas e culturais, é fundamental para a formação integral dos estudantes. Não se trata de "adiantar discussões" para idades inadequadas, como muitas vezes é argumentado, mas de construir um espaço onde todas as crianças e jovens possam se ver representados, questionar estereótipos e, sobretudo, desenvolver o respeito pelo outro. Educadores e educadoras, portanto, têm em mãos uma tarefa delicada, que exige conhecimento, empatia e ferramentas pedagógicas consistentes.

Neste capítulo, buscamos explorar estratégias que possibilitem aos(as) professores(as) abordagem de gênero de forma sensível e eficaz, alinhando-se aos documentos oficiais que regulam a educação brasileira, mas também indo além das normativas. Ao combinar fundamentos teóricos e exemplos práticos, o objetivo é oferecer um suporte que fortaleça o papel do educador enquanto agente de transformação, capaz de dialogar com as diferenças e preparar as novas gerações para um futuro mais justo. Essa tarefa, ainda que desafiadora e difícil, é também uma oportunidade de moldar um ensino que faça jus ao princípio democrático de inclusão, essencial à educação brasileira.

A educação é, acima de tudo, um espaço de construção de sentidos, onde práticas pedagógicas podem (e devem) ser usadas para questionar preconceitos e valorizar a pluralidade humana. Ao abordar gênero no Ensino Fundamental, o desafio não se limita a quebrar tabus, mas a estabelecer estratégias pedagógicas que envolvam e respeitem tanto os educandos quanto suas realidades culturais e sociais. Para isso, práticas específicas, como as propostas por Alexandre Bortolini em suas reflexões sobre a inclusão de temáticas sensíveis no currículo, mostram-se ferramentas poderosas.

Bortolini (2023), em sua obra: "É pra falar de gênero sim!", ressalta a importância de práticas pedagógicas que partam do diálogo, da sensibilização e da ludicidade. Ele sugere, por exemplo, a criação de narrativas e dinâmicas que desconstruam estereótipos de gênero, explorando o impacto das histórias infantis, das atividades em grupo e até da análise crítica de materiais didáticos. Segundo o autor, a abordagem deve ser conduzida com cuidado e propósito, promovendo um

ambiente onde todos os(as) estudantes possam se expressar livremente e refletir sobre questões como identidade, respeito e equidade de gênero.

Tais práticas são particularmente úteis para os educadores(as), pois ajudam a transformar o tema em algo mais palpável, acessível e significativo dentro do ambiente escolar. Ao associar o ensino de gênero com atividades práticas, projetos interdisciplinares e ferramentas participativas, os professores e as professoras conseguem criar um espaço em que as crianças não apenas aprendem sobre o respeito à diversidade, mas vivenciam-no em seu cotidiano. Portanto, é importante que os educadores(as) possam inserir a abordagem de gênero em sala de aula de maneira ética, didática. A ideia não é apenas ensinar sobre gênero, mas capacitar profissionais de educação para que, juntos, possam ajudar na formação de uma geração mais empática e crítica.

Rios e Vieira (2020), destacam a importância de práticas pedagógicas inclusivas que abordem questões de gênero e diversidade sexual. A inclusão dessas temáticas no currículo escolar é essencial para promover um ambiente educacional que respeite e valorize as diferenças. Ao incorporar estudos sobre gênero e sexualidade, os(as) educadores(as) podem desafiar e resistir a padrões sexistas e homofóbicos, criando um espaço mais acolhedor e equitativo para todos os alunos. Isso não apenas contribui para a formação de uma visão crítica e inclusiva, mas também ajuda a combater a marginalização de grupos vulneráveis, como a comunidade LGBTQIAP +.

Incluir gênero no currículo diário vai além de uma simples mudança de conteúdo; trata-se de repensar práticas escolares, dinâmicas de poder e as formas como o conhecimento é produzido e transmitido. As estratégias inclusivas podem ser incorporadas no cotidiano escolar para promover um ambiente mais acolhedor e diverso, os materiais didáticos devem ser escolhidos de maneira crítica para que haja criação de espaços e todas as vozes sejam ouvidas, o que favorece uma educação democrática e participativa.

Em sintonia com essas ideias, Scott (1989), em sua obra "Gênero: uma categoria útil de análise histórica", nos oferece uma lente teórica fundamental ao abordar o gênero como uma categoria de análise. Para Scott, compreender o gênero como uma construção histórica e social permite investigar as relações de poder que perpetuam desigualdades dentro das práticas escolares. Essa perspectiva nos incentiva a repensar as dinâmicas educacionais, reconhecendo como elas refletem e

reproduzem hierarquias sociais mais amplas. Por exemplo, ao analisar como os estereótipos de gênero moldam expectativas e interações entre alunos(as) e professores(as), os(as) educadores(as) podem identificar e desconstruir padrões que perpetuam exclusões e limitações.

Para que essa integração aconteça de fato no cotidiano escolar, é essencial que os professores(as) revisitem suas próprias percepções sobre gênero e poder, analisando de que maneira essas concepções afetam suas práticas pedagógicas. Mais do que isso, o compromisso com uma educação inclusiva exige que deixem de lado convicções pessoais para priorizar aquilo que beneficia o coletivo. Afinal, a escola não pode ser um espaço de reprodução de crenças individuais, mas um ambiente onde todos tenham a oportunidade de aprender e se desenvolver com respeito e equidade. A partir dessa postura, os educadores(as) podem construir estratégias que incentivem o pensamento crítico e a valorização da diversidade, seja por meio de debates, projetos interdisciplinares ou análises de materiais didáticos que desafiem normas de gênero cristalizadas.

O estudo de Maia, Navarro e Maia (2023), expõe uma problemática central no enfrentamento das questões de gênero na escola: a lacuna entre a percepção das professoras sobre o tema e a prática pedagógica inclusiva e igualitária. Embora reconheçam a importância do seu papel na formação integral dos alunos, muitas professoras (as entrevistas foram feitas apenas com professoras) demonstram uma compreensão limitada e contraditória sobre as relações de gênero, reforçando estereótipos e até mesmo legitimando preocupações infundadas, como a suposta homossexualidade de meninos. Essa postura evidencia não apenas a inadequação da formação inicial e continuada desses profissionais, mas também como os valores discriminatórios estão entranhados na cultura escolar.

No entanto, o estudo ressalta que o problema é estrutural e demanda uma revisão urgente dos programas de formação docente. É indispensável que esses programas promovam uma abordagem crítica e reflexiva, capacitando os professores e professoras a enfrentarem e desconstruir práticas sexistas e discriminatórias.

Em consonância com essas ideias, Marília Pinto de Carvalho (2001), aborda que a relação entre gênero e desempenho escolar é uma questão multifacetada, influenciada por fatores culturais, sociais e institucionais. As percepções e avaliações dos professores(as) desempenham um papel crucial nesse contexto, com

meninas frequentemente sendo vistas como organizadas e obedientes, enquanto meninos são associados à indisciplina, embora também sejam percebidos como possuidores de maior potencial intelectual. Essa visão estereotipada reflete-se no comportamento em sala de aula: meninas quietas e obedientes são consideradas boas alunas, embora raramente sejam reconhecidas como líderes ou questionadoras. Por outro lado, meninos que combinam bom desempenho com uma postura assertiva e bem-humorada são valorizados, enquanto aqueles que apresentam comportamentos mais disruptivos enfrentam maiores dificuldades. Além disso, as expectativas sociais e familiares reforçam estereótipos de gênero que podem comprometer o sucesso escolar, especialmente para meninas que aderem a papéis tradicionais de submissão ou sedução. A indisciplina, embora comumente associada a meninos, também pode ser observada entre as meninas, mas de forma mais sutil, o que frequentemente a torna menos visível. Esses aspectos evidenciam que as relações de gênero estão atreladas profundamente ao desempenho escolar, muitas vezes resultando em desafios mais significativos para os meninos, que acabam sendo direcionados com maior frequência para atividades de recuperação.

Essas influências mostram que as opiniões sobre gênero podem afetar significativamente a forma como os alunos são avaliados, contribuindo para diferenças de desempenho escolar entre meninos e meninas

De acordo com a publicação “Educar para a igualdade: práticas pedagógicas para a promoção da igualdade de gênero” - resultado de um projeto que buscou identificar, reconhecer, difundir e apoiar práticas pedagógicas e de gestão escolar com foco na promoção da igualdade de gênero e étnico-racial -, publicada pela Prefeitura do Município de São Paulo (2002), docentes podem adotar diversas práticas pedagógicas que favorecem a abordagem de temas transversais e a promoção de reflexões críticas entre estudantes. Entre essas práticas, destacam-se: a) pesquisa e análise de ditados populares no campo da sensibilização e conscientização - propondo que estudantes realizem pesquisas sobre a divisão de tarefas em suas casas e analisem ditados populares que expressam preconceitos de gênero, promovendo debates sobre a construção social dos papéis de gênero; b) Construção de murais com notícias e materiais que destacam avanços nas relações de gênero, incentivando a valorização de conquistas e mudanças sociais; c) e a interdisciplinaridade, que possibilita a integração de diferentes áreas do conhecimento, enriquecendo o processo de ensino-aprendizagem.

Além das estratégias elencadas, é importante sinalizar a necessidade de superar a insegurança dos(as) educadores(as) em abordar o tema em sala de aula. Muitos docentes relatam não se sentirem preparados para tratar questões de gênero com seus alunos e alunas, seja por falta de formação específica, seja por receio de represálias por parte da comunidade escolar. Esse cenário revela a necessidade urgente de investimentos na formação inicial e continuada dos(as) professores(as), garantindo suporte teórico e metodológico que os capacite para conduzir debates qualificados e alinhados às realidades dos estudantes.

Dessa forma, não desconsiderando os desafios no campo da formação e de um cenário político e social conservador, as estratégias descritas neste capítulo buscam apresentar um conjunto de possibilidades e de práticas exitosas no campo da educação, importantes não apenas para desconstruir preconceitos associados ao gênero, mas também para promover uma educação que valorize a equidade e proporcione a reflexão crítica sobre as dinâmicas de gênero que permeiam a sociedade. Essas práticas, integradas a outras ações no cotidiano escolar, podem ajudar a transformar a sala de aula em um espaço de questionamento e emancipação, onde estudantes possam compreender e desafiar as desigualdades estruturais que ainda persistem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste estudo foi, antes de tudo, um exercício de reflexão sobre os desafios e possibilidades da abordagem de gênero na educação. Ao analisar os documentos normativos que orientam a prática docente no Ensino Fundamental, percebe-se que, embora eles legitimem a discussão do tema, fazem isso de maneira vaga e pouco aprofundada. Essa superficialidade permite que interpretações conservadoras reduzam o espaço para debates mais críticos, reforçando a invisibilidade do assunto no cotidiano escolar.

O presente trabalho investigou a inclusão de questões de gênero no Ensino Fundamental, ressaltando a importância de integrar essas discussões nas práticas pedagógicas e no currículo escolar. A análise realizada ao longo da pesquisa evidenciou que a inclusão de gênero é um passo fundamental para promover uma educação mais equitativa e inclusiva.

O estudo também mostrou indícios que o currículo pode reforçar ou desafiar normas de gênero, dependendo de como é estruturado e implementado. É necessário um currículo crítico que não apenas aborde questões de gênero, mas que o faça de maneira a promover a igualdade e a inclusão.

A pesquisa demonstrou que a abordagem de gênero nos documentos oficiais, como, a LDB e a BNCC e PCN, é superficial e, em muitos casos, evasiva. Porém, esses marcos normativos ainda fornecem respaldo legal para que o tema seja trabalhado no ambiente escolar. A defesa da igualdade, do respeito à diversidade e da formação cidadã presente nesses textos sustenta a possibilidade de inserção das discussões de gênero no currículo, mesmo sem diretrizes explícitas sobre sua implementação. Assim, apesar das limitações, esses documentos garantem que educadores possam abordar a temática dentro de uma perspectiva pedagógica fundamentada nos princípios dos direitos humanos e da educação inclusiva.

A formação docente aparece como um dos caminhos mais potentes para que educadores(as) consigam não apenas incluir o debate de gênero no ensino, mas também questionar padrões que reforçam exclusões. Afinal, falar sobre gênero na escola não significa apenas cumprir uma diretriz educacional, mas assumir um compromisso ético com a equidade e a justiça social.

Com base nos achados, ressaltamos a necessidade da implementação de programas de capacitação docente que priorizem a abordagem crítica de gênero, além de ações interdisciplinares que envolvam a comunidade escolar e as famílias, promovendo um diálogo construtivo e inclusivo. Outra proposta é a ampliação de estudos empíricos que investiguem como os alunos percebem e vivenciam as questões de gênero, enriquecendo as práticas pedagógicas com perspectivas diversas e centradas na realidade dos sujeitos da educação.

Por fim, ao refletir sobre o percurso deste estudo, torna-se claro que a discussão sobre gênero na educação é uma tarefa desafiadora, mas imprescindível. Embora avanços tenham sido feitos, ainda há um longo caminho a ser trilhado para que as escolas se tornem verdadeiramente espaços de igualdade e respeito às diferenças. Este trabalho, ao seu modo, busca contribuir para a construção de uma educação mais justa, comprometida com a formação de indivíduos críticos e conscientes do seu papel na transformação da sociedade e que as ideias aqui apresentadas inspirem novos debates e pesquisas, ampliando a compreensão sobre a importância do tema gênero no Ensino Fundamental, além de oferecer suporte e indicar caminhos para um aprofundamento sobre o tema, auxiliando educadores e educadoras a lidarem, em suas práticas cotidianas, com a promoção de relações mais equitativas entre todas as pessoas, baseadas na igualdade e no respeito mútuo.

Pessoalmente, a condução desta pesquisa foi uma experiência transformadora. Ao mergulhar nas teorias de pensadores como Paulo Freire, Judith Butler, Joan Scott e Michel Foucault, e todos os outros não menos importantes, pude refletir profundamente sobre o papel da educação na promoção de uma cidadania crítica e na desconstrução de estereótipos opressivos. Esse trabalho não só ampliou meu entendimento sobre a importância de integrar o debate de gênero ao cotidiano escolar, mas também me impactou em nível pessoal, reforçando meu compromisso com a prática pedagógica que valoriza e respeita a diversidade. Levo comigo a convicção de que, para exercer a docência de forma transformadora, é imprescindível romper com concepções rígidas e abraçar uma postura aberta ao diálogo, à reflexão e à constante reavaliação das práticas educacionais. Essa experiência, sem dúvida, moldará minha trajetória profissional, orientando-me na busca por estratégias inovadoras que promovam a igualdade e contribuam para a

formação de cidadãos conscientes prontos para contribuir na construção de um sociedade mais justa.

Como pesquisadora e futura mestranda, percebo que os resultados deste trabalho apontam para desdobramentos essenciais que merecem uma investigação aprofundada no âmbito das políticas educacionais. Vejo um potencial significativo para que meu mestrado se dedique a analisar criticamente as lacunas na implementação prática das diretrizes de gênero estabelecidas em documentos oficiais como a BNCC, a LDB e os PCN. Essa pesquisa poderia explorar, por exemplo, como a formação continuada dos educadores, a adequação dos materiais didáticos e as percepções dos estudantes sobre as representações de gênero contribuem para ou dificultam a criação de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo. Acredito que um estudo nessa direção não apenas aprofundará nossa compreensão teórica e prática do tema, mas também fornecerá subsídios concretos para transformar as práticas pedagógicas, promovendo a equidade e a justiça social de maneira efetiva.

Dessa forma, este estudo não pretende encerrar o debate, mas contribuir para que novas reflexões e práticas se fortaleçam. O compromisso com uma educação que respeite a diversidade de gênero não deve ser um desafio apenas para alguns(as) professores(as), mas uma responsabilidade coletiva, que requer engajamento contínuo e disposição para enfrentar os desafios que surgem nesse percurso. Afinal, uma escola verdadeiramente democrática se constrói todos os dias, no embate com velhas estruturas e na abertura para novas possibilidades.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Márcia Angela da Silva. Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. *Educação & Sociedade*, v. 40, n. 147, p. 1-30, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/ES0101-73302019225329> . Acesso em: 23/11/2024.
- APPLE, Michael W. *Educação e poder*. Tradução de Angela Loureiro de Souza. Porto Alegre: Artmed, 1989.
- APPLE, Michael W. *Ideologia e Currículo*. 15. ed. Campinas: Papyrus, 2003. (Original: *Ideology and Curriculum*, 1979)
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. (Original: *Le Deuxième Sexe*, 1949).
- BORTOLINI, Alexandre; VIANNA, Cláudia Pereira. Política de educação em gênero e diversidade sexual: Histórico e presente da experiência brasileira. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. 2, p. 1465–1480, 2022. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/16691>. Acesso em: 27 jan. 2025.
- BORTOLINI, Alexandre. *É pra falar de Gênero Sim: Fundamentos legais e científicos da abordagem de questões de gênero na educação*. [s.n.] Brasília, 2023.
- BRASIL. *LEI N° 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996* - Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- BRASIL. *LEI N° 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990* - Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.
- BRASIL. *LEI N° 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014* - Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica*. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Curricular Comum*. 2018.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: sobre os limites discursivos do “sexo”*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. 16°. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARDOSO, Livia de Rezende; GUARANY, Ann Letícia Aragão; UNGER, Lynna Gabriella Silva; PIRES, Manuella de Aragão. Gênero em políticas públicas de educação e currículo: do direito às invenções. *Revista e-Curriculum*, São Paulo, v. 17, n. 4, p. 1458-1479, out./dez. 2019

CARVALHO, Marília Pinto de. Mau aluno, boa aluna? Como as professoras avaliam meninos e meninas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 554-574, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/qH3cM5GGSpN9pjnxFxJ3R6f/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 24 jan. 2025.

DAMASCENO, Sidney Allessandro da Cunha; SILVA, Marinilson Barbosa da. BNCC, Educação Infantil e Componente Curricular de Ensino Religioso: Inter-relações com o campo de experiências “O eu, o outro e o nós”. In: *IX Congresso Nacional de Educação (CONEDU)*, 2023. DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT02.011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: A Vontade de Saber*. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade: O Uso dos Prazeres*. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 17º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. 5º. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, Vanessa, “Em defesa das crianças e da família”: Refletindo sobre discursos acionados por atores religiosos “conservadores” em controvérsias públicas envolvendo gênero e sexualidade. *Sexualidade, Salud y Sociedad, Revista Latino-americana*, n. 32, ago./2019, pp.119-142.

LOURO, Guaciara Lopes. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. In: _____. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. p. 14-36.

LOURO, Guaciara Lopes (org) *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero e sexualidade: pedagogia contemporânea. *Proposições*, v. 19, n. 2, p.17-23. 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Currículo, gênero e sexualidade*. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

LUNA, Naara; OLIVEIRA, Leandro de. Parentesco, família e diversidade: controvérsias públicas e perspectivas etnográficas. *Sexualidad, Salud y Sociedad* -

Revista Latinoamericana, n. 33, p. 200-206, dez. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.11.a206>>. Acesso em: 15 dez. 2024.

MAIA, Ana Claudia Bortolozzi; NAVARRO, Carolina; MAIA, Ari Fernando. *Relações entre gênero e escola no discurso de professoras do ensino fundamental*. *Revista de Educação*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2023.

MARQUES, Anayce Adya Azevedo; MEZACASA, Douglas Santos; MARANI, Vitor Hugo. Gênero, Sexualidade e Educação: *A Produção do Conhecimento no Simpósio da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (2009-2017)*. *Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais*, v.10, n.2, p.1-22, outubro, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. 26. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

OLIVEIRA, Sara. Texto visual, estereótipos de gênero e o livro didático de língua estrangeira. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, v. 47, n. 1, p. 91-117, jan./jun. 2008.

PEREIRA, Gerson Avelino Fernandes; SANTOS, Gilmara Gonçalves. Identidade de gênero e orientação sexual na escola: Um debate necessário. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i9.18409>. Acesso em 15 jan. 2025

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Educar para a igualdade: práticas pedagógicas para a promoção da igualdade de gênero. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2002. Disponível em: [PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO. Educar para a igualdade: práticas pedagógicas para a promoção da igualdade de gênero. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, 2002 - Pesquisa Google](#) . Acesso em: 10/12/2024.

REIS, Lêda Barreto Santos; RAIC, Daniele Farias Freire. Gênero e Sexualidade nas Práticas Docentes no Ensino de Ciências. *Seminário Gepráxis*, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 9, n. 17, p. 1655-1666, maio, 2024.

RIOS, Pedro Paulo Souza; VIEIRA, André Ricardo Lucas. O emergir de um discurso de gênero em educação: as diferenças no espaço escolar. *Rev. Tempos Espaços Educ.*, v. 13, n. 32, e-13061, jan./dez. 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20952/revtee>

SANTOS, Nathany Ribeiro Lima dos; PEREIRA, Sara; SOARES, Zilene Moreira Pereira. Documentos curriculares oficiais assegurando a abordagem de gênero e sexualidade para a educação básica: um olhar para o ensino de ciências. *Anais do V Simpósio Gênero e Políticas Públicas*, v. 5, n. 1, p. 1170, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5433/SGPP.2018v5.p1170>.

SILVA, Maria. Gênero e sexualidade nos PCNs: uma análise dos objetivos gerais. *Revista de Educação*, v. 10, n. 2, p. 123-145, 2024.

SILVA, Juliana Collares da; MARASCHIN, André de Azambuja; FUNARI, Catiúcia Anselmo; MELLO, Elena Maria Billig; JUNQUEIRA, Sônia Maria da Silva. Gênero e Sexualidade na BNCC: Uma Análise Sob a Perspectiva Freireana. *Revista Diversidade e Educação*, v. 8, n. 2, p. 152-176, Jul/Dez, 2020. Doi: 10.14295/de.v8i2.12104. E-ISSN: 2358-8853. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf . Acesso em: 24/11/2024.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3 ed. – Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Texto original: Joan Scott – *Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history*. New York: Columbia University Press, 1989.

SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 5., 2018, Londrina. Anais [...]. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2018. p. 1170-1183. DOI: [10.5433/SGPP.2018v5p1170](https://doi.org/10.5433/SGPP.2018v5p1170)². Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/simposio>. Acesso em: 28 out. 2024.

SOUZA JUNIOR, Paulo Roberto. A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS. *Revista de Gênero, Sexualidade e Direito*, Salvador, v. 4, n. 1, p. 1-21, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://typeset.io/papers/a-questao-de-genero-sexualidade-e-orientacao-sexual-na-atual-iz5finmnk0>>. Acesso em: 27 out. 2024

VIANNA, Cláudia Pereira; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988-2002. São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo; Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas, 2003.

VIANNA, Claudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. *Cadernos de Pesquisa, São Paulo*, v. 36, n. 128, p. 77-104, 2006.

VIEIRA, José Jairo; RAMALHO, Carla Chagas; VIEIRA, Andréa Lopes da Costa. A origem do plano nacional de educação e como ele abordou as questões de gênero. *RPGE – Revista online e de Política e Gestão Educacional*, v.21, n.1, p. 6480, 2017.

